



**A rua também é lugar para morar:
moradores de rua e o simbolismo do “refúgio”**

Antonio Busnardo Filho

Professor Doutor, UNIVAG, Brasil
antonio.busnardo@univag.edu.br

Jessica Seabra

Professora Doutora, UNIVAG, Brasil
jessica.seabra@univag.edu.br

Jonath Elias Duarte

Mestrando, UNIVAG, Brasil.
jonathelias.arquitetura@gmail.com

Submissão: 05/10/2024

Aceite: 03/12/2024

BUSNARDO FILHO, Antonio; SEABRA, Jessica; DUARTE, Jonath Elias. A rua também é lugar para morar: Moradores de rua e o simbolismo do “refúgio”. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*, [S. l.], v. 20, n. 5, 2024.

DOI: [10.17271/1980082720520245340](https://doi.org/10.17271/1980082720520245340). Disponível

em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/5340

Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

A rua também é lugar para morar: moradores de rua e o simbolismo do “refúgio”

RESUMO

O estudo do espaço urbano transcende normas e planos urbanísticos, focando o cotidiano dos moradores de rua e a redefinição do conceito de espaço público, cujo direito requer uma abordagem humanizada, reconhecendo a vida privada dos moradores de rua em locais públicos, onde suas necessidades e intimidades são expostas. O objetivo desta pesquisa é ter um olhar crítico sobre as estruturas sociais que negligenciam a presença dos moradores de rua, e seu direito ao espaço público. A rua é um habitat, que ao ter o espaço apropriado, transforma-se na representação de suas casas. Os moradores de rua constituem uma sociedade própria, com suas normas e cultura, e vivem de forma precária pela condição de desigualdade socioeconômica, cujos fatores causam problemas familiares, desemprego e a perda de moradia, acarretando a situação de rua, que gera grande vulnerabilidade social. Por uma análise metodológica empírica e uma interpretação heurística a compreensão do refúgio ampliará o conceito do espaço urbano, questionando o sentido de público e privado, enquanto possível revisão para políticas públicas. A abordagem teórica esta embasada na antropologia do imaginário (Gilbert Durand), na experimentação do imaginário (Yves Durand), em estruturas míticas, e em conceitos de psicologia analítica. O trabalho é de relevância por se tratar de uma outra maneira de pesquisar o espaço urbano, pelo viés da antropologia do imaginário, sendo que o que se espera é a contribuição para outras leituras e outras formas de pensar a relação e a importância dos cidadãos para efeito de planejamento e projetos urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: moradores de rua; espaço público; antropologia do imaginário.

The street is also a place to live: homeless people and the symbolism of "refuge"

ABSTRACT

The study of urban space transcends norms and urban planning, focusing on the daily lives of homeless individuals and the redefinition of the concept of public space. This right necessitates a humanized approach that acknowledges the private lives of the homeless in public spaces, where their needs and intimacies are exposed. The aim of this research is to critically examine the social structures that neglect the presence of homeless individuals and their right to public space. The street becomes their habitat, which, when appropriated, transforms into a representation of their homes. Homeless individuals form their own society with distinct norms and culture, living precariously due to socioeconomic inequalities. These inequalities stem from factors such as family issues, unemployment, and loss of housing, leading to homelessness and significant social vulnerability. Through an empirical methodological analysis and heuristic interpretation, the understanding of refuge broadens the concept of urban space, questioning the boundaries between public and private as a potential revision for public policies. The theoretical framework is grounded in the anthropology of the imaginary (Gilbert Durand), the experimentation of the imaginary (Yves Durand), mythical structures, and concepts from analytical psychology. This work is significant as it offers an alternative way to study urban space through the lens of the anthropology of the imaginary. It is expected to contribute to new interpretations and approaches to understanding the relationship and importance of citizens in urban planning and project development.

KEYWORDS: Homeless, public space, anthropology of the imaginary

La calle también es un lugar para vivir: personas sin hogar y el simbolismo del “refugio”

RESUMEN

El estudio del espacio urbano trasciende las normas y planes urbanísticos, enfocándose en el cotidiano de las personas en situación de calle y en la redefinición del concepto de espacio público, cuyo derecho requiere un enfoque humanizado que reconozca la vida privada de estas personas en espacios públicos, donde sus necesidades e intimidades son expuestas. El objetivo de esta investigación es ofrecer una mirada crítica sobre las estructuras sociales que desatienden la presencia de las personas en situación de calle y su derecho al espacio público. La calle es un hábitat que, al ser apropiado, se transforma en la representación de sus hogares. Las personas en situación de calle constituyen una sociedad propia, con sus normas y cultura, y viven de forma precaria debido a las condiciones de desigualdad socioeconómica, cuyos

factores causantes incluyen problemas familiares, desempleo y la pérdida de vivienda, desembocando en la situación de calle, que genera una gran vulnerabilidad social. A través de un análisis metodológico empírico y una interpretación heurística, la comprensión del refugio ampliará el concepto de espacio urbano, cuestionando el sentido de lo público y lo privado como una posible revisión para las políticas públicas. El enfoque teórico se fundamenta en la antropología del imaginario (Gilbert Durand), la experimentación del imaginario (Yves Durand), las estructuras míticas y conceptos de la psicología analítica. Este trabajo es relevante por abordar una manera diferente de investigar el espacio urbano, desde la perspectiva de la antropología del imaginario, con la expectativa de contribuir a otras lecturas y formas de pensar la relación y la importancia de los ciudadanos en el marco de la planificación y los proyectos urbanos.

PALABRAS CLAVE: personas en situación de calle; espacio público, antropología de lo imaginario

INTRODUÇÃO

Pensar a cidade é pensar um lugar onde todos os habitantes têm sua casa para morar, por mais simples que seja. Esse conceito têm muitas vezes sido reduzido à análise dos aspectos físicos da moradia como dados de observação, e como princípio de garantia de habitações seguras, conforme preconiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 11. O sentido do habitar não é levado em conta e nem o simbolismo do “refúgio”, que remete ao psiquismo da segurança e da proteção; ao que equivale dizer que a segurança não é apenas, ou meramente, estar em um ambiente fechado e protegido das intempéries e da violência urbana cotidiana; mas, estar psicologicamente adaptado ao ambiente em que mora, e ao grupo social a que pertence. Ter segurança é ser tratado com equanimidade, além de ter onde morar. Assim, a habitação segura deve ser um refúgio, no sentido mais amplo do termo, e na sua dimensão simbólica mais abrangente.

Nem todos na cidade têm onde morar. Então, como pensar o sentido do “refúgio”? Existem pessoas que moram “por aí”...pelas ruas das cidades, pelas estradas, pelo mundo afora...São essas pessoas que interessam para definir o que é refúgio, na sua representação simbólica. É preciso considerar que essas pessoas que vivem “por aí”, vivem a céu aberto, nas cidades; sem teto ou qualquer tipo de proteção física contra o tempo e as ações violentas de outras pessoas. Essas pessoas vivem em constante estado de vulnerabilidade urbana e social.

Fala-se, aqui de um número grande de pessoas em situação de rua, que representa, no município de São Paulo, 53.853 pessoas registradas no Cadastro Único, denominadas de PSR (Pessoa em Situação de Rua), considerando que para a inclusão no cadastro é preciso o CPF (cadastro de pessoa física) e a certidão de nascimento, que muitas pessoas em situação de rua não têm. São quase inexistentes, 23%, no país, têm registro em cartório, mas não possuem a Certidão de Nascimento. Percebe-se a complexidade dessa população.

Ao se pensar o refúgio como um local de proteção, logo vem à mente a imagem de um lugar fechado e protegido. No entanto, o refúgio nem sempre é fechado. Ele é, antes de tudo, o local distante das vicissitudes da vida e dos perigos do mundo, ou, em alguns casos, a clausura dourada e protetora, como a que o pai de Sidarta buscou criar para protegê-lo. O Jovem brâmane vivia em um mundo irreal, até um raro momento em que vislumbra a desigualdade e a pobreza do mundo, nas figuras dos ascetas que passavam pela cidade, o que incita o jovem a deixar seu ninho

dourado. Sidarta (Hesse, 2019) começa seu caminho ao encontro do seu refúgio. Um lugar sem problemas e isolado de todos os tipos de perigo torna-se monótono, evocando a vontade de fugir. Quando se foge de um local isolado das divergências e das diferenças não só encontra-se a vida e uma outra ordem do cosmos, como se reconhece o local, ou define-se o lugar. O lugar extremamente protegido de onde se veio, em alguns casos, passa a ser rejeitado ou negado, como se a lembrança fosse um roubo do direito à vida, e o refúgio uma angústia existencial; portanto, um lugar negativo. Sidarta fugiu da extrema proteção paterna, para encontrar as misérias da vida e os perigos do mundo, e poder desenvolver e trilhar seu caminho para se encontrar. Apesar das imperfeições, o verdadeiro refúgio foi a ele revelado, sob a sombra de uma figueira, no momento de sua iluminação. Percebe-se, com o exemplo de Sidarta que os lugares são passíveis de interpretação e leitura, e nunca têm um sentido definitivo. A ambiguidade da percepção entre o lugar e sua interpretação depende da profundidade do olhar do observador. Neste sentido, o refúgio pode ser tanto negativo como positivo, pode ser tanto acolhedor, como destruidor. E assim pode se dar a visão da cidade, acolhedora e destruidora, simultaneamente.

A cidade de extrema ordem era um espaço entrópico que fatalmente se destruiria. A fuga de Sidarta se deu para dentro de outra cidade, de um refúgio para outro refúgio, que lhe permitiu desvendar os caminhos do mundo como uma trajetividade; e nestes caminhos encontrar outros refúgios, como a figueira. Os trajetos do cosmos representam o refúgio do andarilho. E o espaço urbano, enquanto representação de refúgio e na sua amplitude de cosmos, retoma o sentido de *mundus* e se transforma em um espaço composto pelo trajeto dos seus moradores de rua, que não são iluminados como Sidarta, mas que cumprem o seu destino de vicissitudes, não previsto por nenhum órgão ou instituição que os protejam, dentro de suas realidades – sem imposições de padrões de comportamento, ou de modelos correccionais. Das andanças da iluminação às andanças da proteção, fugindo da violência urbana, a rua se constitui em um espaço de vivências e de transformações psicossociais.

Ao refletir sobre o conceito de refúgio e sua relação com os moradores de rua, é necessário adotar uma abordagem que vá além da análise superficial dos espaços urbanos, levando em consideração as dinâmicas psíquicas, sociais e simbólicas desses indivíduos. Para tanto, a metodologia utilizada neste estudo se baseia em uma perspectiva interdisciplinar que integra a antropologia do imaginário, a sociologia e a psicossociologia. Esses campos podem oferecer uma visão mais sensível sobre as experiências daqueles que habitam as ruas da cidade, permitindo uma análise crítica e abrangente das complexas interações entre os espaços urbanos e as subjetividades dos moradores de rua.

Com isso, o presente estudo adotou como princípio metodológico a perspectiva da antropologia do imaginário de Gilbert Durand (1989), aliada a uma visão sociológica e à psicossociologia de Yves Durand (1988), com ênfase em sua exploração do imaginário. A pesquisa baseia-se também em uma revisão bibliográfica e teórica, complementada por uma pesquisa empírica, enquanto “doutrina ou teoria do conhecimento segundo a qual todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível externa ou interna” (Japiassu e

Marcondes, 1991, p. 79), à qual é incorporada uma abordagem hermenêutica para a interpretação mítica e simbólica dos dados.

O procedimento metodológico esteve intrinsecamente ligado ao cotidiano dos pesquisadores, que, diante das necessidades de deslocamento pela cidade, observaram a população de rua e a forma como esses indivíduos ocupavam os espaços urbanos.

Para embasar a reflexão teórica e prática do estudo, foi fundamental a contribuição de alguns autores que embasaram a pesquisa e a reflexão. Gilbert Durand foi utilizado para fundamentar a ideia do sentido de refúgio, conforme concebido nas dimensões imaginárias da concepção cultural; Yves Durand contribuiu com a dimensão psíquica do sentido de “refúgio”, com seus valores positivos e negativos em relação ao indivíduo e ao grupo social; de Michel Foucault foi trazida a ideia ampliada de panoptismo, enquanto forma de vigiar e punir tirada da proposta de Jeremy Bentham; e de Marc Augé que discute o conceito de não-lugar na hipermodernidade. O uso dos conceitos propostos por esses autores serviu para fundamentar e justificar a análise dos espaços urbanos e de suas utilizações feitas pelos moradores de rua.

O LADO DE “FORA” DAS CIDADES

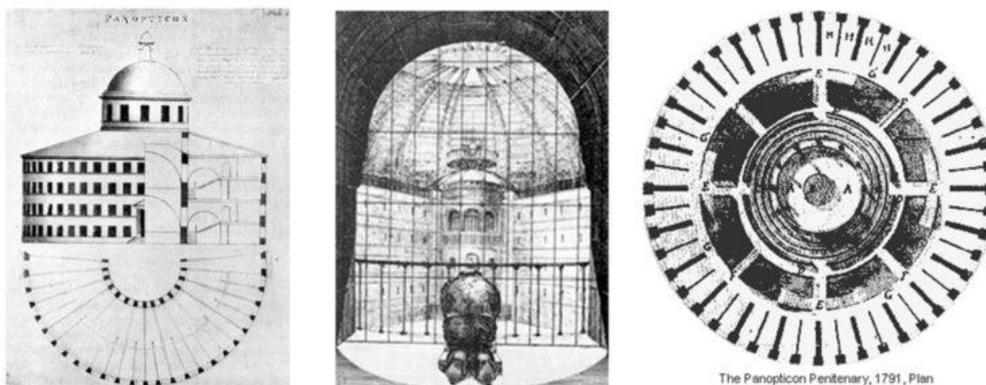
O espaço que foge à compreensão e aos projetos e planos urbanísticos é o que interessa, enquanto tema de estudo para o presente artigo porque independe tanto da ordem, das normas e da legislação urbana como independe, também, do caos urbano. O espaço que se cria a partir dos passos dos transeuntes e, principalmente, dos passos dos moradores de rua coloca em questão a noção do bem público e do uso público do espaço urbano (Stoffels, 1977). Considerando-se que a cidade é de todos e para todos, o que se postula é o direito ao espaço público.

Para os moradores de rua o sentido de proteção e de abrigo não se encontra nos albergues – que lhes oferecem banho, uma refeição e cama -, uma permanência passageira, que em última instância repetem a estrutura das instituições correccionais, como prisões, por exemplo, ou até mesmo asilo. Essas instituições buscam sempre uma reintegração social “dócil e útil” para seus internos. A preocupação das instituições é meramente assistencialista.

O uso do espaço público enquanto um direito do cidadão e, conseqüentemente, dos moradores de rua, deve ser humanizado; proposta desafiadora para os urbanistas, que deverão pensar o público como uma dimensão do privado, ou seja, um espaço híbrido entre o público e o privado. Os moradores de rua vivem suas vidas privadas em um espaço público. Todos os seus poucos pertences, suas intimidades, seus desejos estão constantemente à mostra. Se não são vistas é porque o cidadão “normal e digno”, que faz parte de um grupo de pessoas que constroem um único itinerário urbano durante sua vida – da casa para o trabalho, do trabalho para casa -, vira o rosto para não enxergar a miséria. Assim, a privacidade dos moradores de rua depende da negação do “homem normal”. Mesmo havendo uma negação que afasta, moral e eticamente, este incômodo social, a presença dos moradores de rua é marcante; não é a outra face da moeda, porque esta é o processo de denegação social, mas é o rodopiar da moeda lançada num jogo de azar.

A denegação sofrida pelos moradores de rua torna-os cada vez mais presente, fazendo com que a sociedade institucionalizada tenha um olhar panóptico¹ (Foucault, 1987) sobre eles. O paradigma do panoptismo não é mais para salvaguardar a cidade da peste, nem é mais o modelo da ideia arquitetônica para a penitenciária ideal de Jeremy Bentham², na qual um vigia a muitos, com o auxílio da luz que a travessa as celas expondo a sombra dos detentos, e induzindo “no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 1987, 166); agora o panoptismo está disseminado pela sociedade definindo as “relações de poder com a vida cotidiana dos homens” (idem, 169-170) porque não é somente um edifício onírico “é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico” (idem, 170).

Figura 1 - Panóptico. Le Panoptique. Jeremy Bentham, 1780 (1791).



Fonte: Fernández, 2008

Esse instrumento de poder baseado na visibilidade permite ao cidadão “normal” ou ao homem institucional transformar os moradores de rua em “fantasmas” que devem ser mantidos à distância. Os moradores de rua são os fantasmas urbanos que arrastam as correntes da

¹O conceito de panoptismo, que reúne estratégias de vigilância, poder e controle, tomou forma na figura do Panóptico, uma estrutura espacial concebida pelo filósofo Jeremy Bentham a partir dos modelos das fábricas do final do século XVIII. O Panóptico, descrito por Bentham em *Le Panoptique* (1780), ampliava a lógica de controle exercida sobre os trabalhadores da indústria para os centros penitenciários, instaurando uma espécie de onisciência invisível direcionada à população-alvo. Dessa forma, tornou-se o modelo mais emblemático e amplamente adotado dentro das arquiteturas de controle.

² Jeremy Bentham (1748–1832), foi um filósofo e jurista inglês, e um dos últimos iluministas a desenvolver um sistema de filosofia moral com foco prático, buscando soluções para os problemas sociais de sua época. Suas propostas combinavam filosofia, reforma social e sistematização.

incompetência política e do descaso social – sua existência não deve incomodar o cidadão que paga seus impostos. Quanto aos urbanistas, a preocupação mais premente é a urbanização das favelas, ou comunidades, transformando seus espaços, ou derrubando-os e construindo habitação de interesse social, com um espaço ínfimo de moradia. A humanização dos “mocós” não faz parte de propostas dos planos diretores; o espaço público humanizado que garanta a peregrinação urbana e o descanso dos moradores de rua não é, sequer, pensado.

É preciso lembrar que a rua além de servir de moradia é também fonte de subsistência para os que moram e vivem nela. Os moradores de rua transformam o espaço público em moradia, fazem da rua seu habitat e “catam” suas vidas no lixo da sociedade institucionalizada. (Stoffels, 1977) Sem ser repetitivo, é preciso dizer, também, que o povo das ruas forma uma sociedade à parte, pois tem estatuto, normas, hábitos, cultura, ética e moral que embasam e dão realidade ao grupo, e que não precisam estar escrito em nenhum compêndio ou manual. A designação “moradores de rua” engloba vários segmentos com características heterogêneas, assim esses segmentos heterogêneos se caracterizam

(...) em função principalmente do tempo de permanência na rua e do convívio que cada um possui com essa realidade de vida.

Assim, se o mendigo profissional, o andarilho, o alcoólatra, o deficiente físico ou mental poderia, de uma forma geral, caracterizar aqueles agrupamentos que convivem tradicionalmente com a rua – tendo sido excluídos (ou tendo optado) definitivamente por essa forma de sobrevivência – podemos acrescentar outros grupos há menos tempo nessa situação, e que são constituídos por vítimas do desemprego e da recessão. Esses novos grupos podem, no entanto estar apenas temporariamente nessa situação, pois sobrevivem à custa de atividades ditas do mercado informal. Situam-se aí alguns segmentos de catadores de papelão, dos marreteiros, dos carregadores do mercado, dos guardadores de carros, dos biscateiros, dos diaristas de construção civil, os pedintes diversos, etc...

Um último subgrupo ainda, pode ser caracterizado como formado por migrantes recém-chegados à cidade e indivíduos ou famílias recém-desempregados ou despejados (...) São esses indivíduos que recorrem às entidades públicas e assistencialistas (...) Muitos, no entanto, acabam permanecendo mais tempo no desamparo e a situação de conviver com a rua e com as atividades marginais passará a ser então sua realidade, sua única possibilidade de sobrevivência (Simões Junior, 1992, p. 18-19).

Conforme apontado por Simões Júnior, os segmentos dos moradores de rua, servem para organizar as suas observações, mas, também, para agrupá-los numa operacionalidade de cadastro. No entanto, o que se percebe dessa população em situação de rua é que entre a exclusão e a opção, há um segmento que, eventualmente, pode recuperar sua situação social, e que estariam temporariamente nas ruas, que são os trabalhadores em situação de rua. É preciso se ter em conta que, ao perder a condição social, o que resta é a rua para viver, trabalhar e morar, e que a causa principal é a desigualdade socioeconômica, que expõe a população mais carente ao risco

Não houve mudanças profundas nas causas que levam uma pessoa para as ruas, “os principais motivos apontados para a situação de rua foram os problemas familiares (44%), seguido do desemprego (39%), do alcoolismo e/ou uso de drogas (29%) e da perda de moradia (23%)”

(MDHC, 2023, p. 34). Em 2023, segundo o Relatório População em Situação de Rua do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), na cidade de São Paulo havia 54.812 pessoas morando nas ruas. A rua expõe as pessoas a uma fragilidade muito grande, sendo a mais assustadora, a violência. Entre 2015 e 2022 foram relatadas 4.007 ações de violência contra as pessoas em situação de rua.

Na rua, o vício se agrava numa atitude inconsciente e escatológica, que busca a “salvação” no esquecimento de um passado que sempre volta de maneira dolorida, até se apagar para sempre, quando o morador de rua perde a própria identidade. Sem saber do seu passado, vive no presente um risco constante de vida. Já não sendo “nada” – pois socialmente é ignorado; e quando é lembrado, serve de escada para a salvação das boas almas que os ajudam -, os moradores de rua vivem e morrem incógnitos; o que resta de suas presenças não é mais do que números de um cadastro de identificação do Instituto Médico Legal (IML), colocados em suas sepulturas – somente para lembrar os moradores de rua que foram mortos em São Paulo, no mês de agosto, de 2004 (Hebmüller, 2004), e que foram enterrados no cemitério Dom Bosco, em Perus.

A existência dos moradores de rua é um fato tipicamente urbano. Desde a Antiguidade há registros de pessoas que viviam de esmola e habitavam as ruas, e parece que o motivo é sempre muito semelhante, é a perda da posse ou do local de moradia causado pela expropriação que privilegia o privado em detrimento do público; é o êxodo dos desvalidos para as cidades, originando grupos mendicantes e de andarilhos urbanos. Durante a Idade Média, houve uma profissionalização da mendicância, muitas vezes, incentivada pela Igreja que via no despojamento total dos bens materiais e terrenos e na humilhação do esmolar um caminho para o aperfeiçoamento da Alma. Surgem, neste período as ordens mendicantes – por volta do século XII. O exemplo mais conhecido de despojamento dos bens materiais é o de São Francisco de Assis, que reuniu ao seu redor um grupo de esmolar, originando a ordem Franciscana.

No período Industrial, a migração do campo para as cidades, que progrediam em meio à fumaça e às chaminés das fábricas, intensificou-se. O sonho de melhoria de vida era mera ilusão. Os migrantes rurais não preenchiam os pré-requisitos dos trabalhadores das fábricas, não eram mãos de obras especializadas e, conseqüentemente, não sabiam operar as máquinas. Isso causou um “inchaço” nas cidades, que não absorveu esses migrantes, empurrando-os para as periferias, para o limite entre o campo e a cidade. Esta população passou a viver de forma subumana, numa área degradada onde as doenças proliferavam devido à falta de higiene, constituindo uma população de miseráveis que sobreviviam de pequenos biscates e de esmolas. Surgem, neste período, as primeiras leis de amparo social, e, nesta mesma época, a sociedade industrial impede qualquer tipo de organização política dessa população, porque ela formava um exército de mão de obra de reserva que sempre poderia suprir um serviço que não precisasse de especialização, nas fábricas, a um custo muito baixo – era o lumpemproletariado que se formava. É claro que dessa população famílias inteiras acabavam nas ruas por motivo de despejo, principalmente.

Esses dois momentos apontados como significativos na origem dos moradores de rua servem para ilustrar as semelhanças das causas, independentemente da época, ou motivo. Sempre haverá um sentido de expropriação do privado que causará a transformação do público.

Morar na rua é transformar o sentido do espaço urbano, dando-lhe características e funções do domínio doméstico, privado em um lugar público, transformando-o em casa. A intimidade do lar, agora, acontece diante dos habitantes da cidade, em público, transformando o espaço urbano em um local privado. Do privado ao público e vice-versa, o espaço urbano é flexibilizado, tendo sua estrutura organizacional e burocrática subvertida pela necessidade básica do habitar.

O espaço público privatizado pelos moradores de rua depende de algumas características próprias do sentido de refúgio; a primeira é o sentido de proteção, de segurança para se poder descansar, de encontrar um local onde dormir em paz e ter a sua integridade física preservada. Esses locais serão os “pontos” preferidos pelos moradores de rua; principalmente, se o sentido de proteção englobar também a proteção contra as intempéries, se estiver próximo a pontos de água, se facilitar a possibilidade de se conseguir comida e se houver a oportunidade de uma fonte de renda.

O que se pode destacar como elementos definidores dos “pontos” são a segurança – marquises, toldos, saguões de prédios comerciais, embaixo de viadutos, mocós – e a água. Os moradores de rua por terem que dormir em logradouros públicos, a proteção contra a violência é dada pelo máximo de exposição, ficando assegurada pelo intenso movimento de pedestres, pela forte iluminação e, principalmente, pelo grupo. Parece haver neste comportamento algo de primordial, de arquetípico, se se considerar, numa digressão, que a concepção do refúgio é a necessidade de proteção e de aconchego para a construção da cultura, do ser e para a manutenção da vida, como algo inerente ao ser humano. Desde os primórdios da civilização, mesmo quando o nomadismo imperava, o refúgio sempre foi um espaço de proteção e de troca de experiências. Foi sob a égide da proteção que o homem construiu e representou seus símbolos culturais e compreendeu o significado de fora, como local de perigo e ameaças, e de dentro, como aconchego e proteção. Esta percepção colocou o homem em contato consigo mesmo e com seus semelhantes e permitiu o nascimento da cultura. No primeiro momento do nomadismo, o sentido de refúgio pode ter sido encontrado no próprio grupo, numa busca de proteção e sobrevivência. O grupo se reunia para a caça, para a luta e para se resguardar do escuro profundo e ameaçador da noite. As grutas e cavernas somadas ao fogo que desvendava os mistérios da escuridão permitiram ao homem primitivo permanecer mais tempo “dentro”, e registrar seus símbolos culturais, nas paredes, em ossos, etc. O convívio social permitiu as trocas de experiências, criando cultura e dividindo as tarefas; o grupo se organizou e o refúgio adquiriu a forma arquetípica circular. Do círculo ao redor do fogo às formas espaciais dos aglomerados humanos a proteção uterina inconscientemente surgiu.

A característica arquetípica da proteção uterina remete-nos ao Regime Noturno de imagens e à estrutura Mística cujos arquétipos “atributos” – adjetivos – são: profundo, calmo, quente, íntimo, escondido; e os esquemas “verbais”: confundir, possuir, descer, penetrar; conforme mostra Gilbert Durand (1989). Nesse sentido, a cidade, que na sua origem tinha uma forma quase circular chegando a ter uma representação quadrada em Roma, é o espaço do acolhimento e da proteção, porque no seu início era circundada por muros. O espaço da cidade

antes de sua fundação era consagrado por meio de ritual – o espaço da cidade era mítico e vivenciado no dia a dia.

Neste espaço ordenado a vida acontecia num ritmo calmo e contínuo, salvo os momentos de batalha. A cidade acolhia revelando o perigo do caos, a natureza. Mesmo sendo antiga a existência dos moradores de rua, o espaço urbano nunca lhes foi tão hostil como depois da industrialização até o mundo contemporâneo. À noite, os muros protegiam os homens das feras; mas nem sempre os protegia dos próprios homens. As cidades eram representações cósmicas, sempre idealizadas, mesmo quando o edifício era mais importante que o espaço urbano, como no período medieval. Para a modernidade, o sentido de cidade não difere muito, ou não difere em nada do sentido original; o que mudou foi a direção da leitura, melhor dizendo, a profundidade da leitura. A dimensão simbólica perdeu-se na percepção do significante, na mera representação formal. O mito subjaz a esta leitura. É, portanto, buscando esta outra dimensão que se procurará entender a representação do refúgio para os moradores de rua.

Como já foi dito, a condicionante que leva alguém para as ruas, tem sempre o sentido de queda na sua posição socioeconômica. O universo mítico místico, como explica Yves Durand (1988, p. 77), é um local de repouso, equilíbrio e harmonia onde acontece a vida do personagem, local em que as dificuldades existenciais desaparecem e cuja ação do personagem é a contemplação da natureza do interior do refúgio, ou sonhar com lembranças antigas. A organização do espaço é a base do universo místico, entretanto a personagem não vive uma vida tranquila para sempre. A insegurança pode ocorrer de duas maneiras: “do próprio refúgio ou quando sua função de proteção se perde porque ela foi destruída ou simplesmente ameaçada” ou “também da natureza quando ela é valorizada negativamente e se torna um espaço inseguro cheio de múltiplos perigos” (Durand, 1988, p. 79).

Esses aspectos que perturbam a paz do espaço de vivências já foram apontados como aspectos perigosos para os moradores de rua; o que se deve ressaltar é que o perigo potencializado transforma o espaço urbano em um universo místico do tipo negativo. O morador de rua não vive em paz... se a morte é companheira de todo ser humano, para os moradores de rua ela é uma presença constante, numa iminência muito maior – é sempre parte do ambiente em que se vive. O tempo para os moradores de rua não é um tempo de esperança, mas um tempo de mera sobrevivência. Um tempo no qual se espera a própria morte, mais do que a vida. O morador de rua vive sob a égide de um Cronos vingador. Por todos estes motivos o grupo é o refúgio principal e a pinga, aquilo que dá o alento e une o grupo; portanto, a cola de uma sociabilidade dos excluídos.

As relações atávicas dos moradores de rua com a cidade remetem-nos, cada vez mais profundo ao universo místico dessas pessoas e cada vez mais, mostra-nos a relação dos moradores de rua com a Deusa-Mãe. Se a água gera o mundo, a terra protege os seres vivos. O homem primitivo - que se protegia formando grupos, que se refugiavam nas cavernas ao redor do fogo - sobrevive como arquétipo no ser humano, e se revela nos moradores de rua, e a cidade adquire sua dimensão feminina de proteção e acolhimento; não há um buraco, uma reentrância, um túnel, um esgoto que não seja potencialmente um local para se refugiar – uma caverna, uma gruta. A

gruta ou os buracos nas estruturas dos viadutos ou das pontes é um lugar sempre presente por representar a ausência, mesmo que por um ínfimo período, de um mundo inviável e hostil que permite o esquecimento da vida enquanto um combate perdido.

As “grutas urbanas” são do tamanho exato das necessidades dos moradores de rua. Com sorte, alguns desses buracos atingem uma dimensão razoável, abrigo famílias inteiras, protegendo-as – “a gruta é o refúgio originário, metavital, o modelo dos refúgios, É o retorno à terra, à mãe, ao ‘seio’ maternal” (Amourous, 1970, p. 228). Diante desta representação do refúgio para os moradores de rua e da dimensão feminina da cidade, pode-se pensar o espaço urbano a partir da psicanálise, porque

A concavidade (...) é, antes de mais nada, o órgão feminino. Toda cavidade é sexualmente determinada e mesmo a cavidade da orelha não escapa a esta representação. O psicanalista tem portanto perfeitamente razão em mostrar que há um trajeto semântico do colo à taça. Um dos primeiros marcos deste trajeto semântico é constituído pelo conjunto caverna-casa, habitat e continente, abrigo e sótão, estritamente ligado ao sepulcro materno, quer o sepulcro se reduza a uma caverna, como para os antigos Judeus ou em Cro-Magnon, quer se construa como uma morada, uma necrópole, como no Egito e no México (...). E todavia a imagem da caverna se carrega de uma ambivalência. Em toda a “gruta maravilhosa” subsiste um pouco da “caverna medonha”. É necessária a vontade romântica de inversão para chegar a considerar a gruta como um refúgio, como símbolo do paraíso inicial. Essa vontade de inversão de sentido usual da gruta seria devida a influências simultaneamente onto e filogenética: o traumatismo do nascimento levaria espontaneamente o primitivo a fugir do mundo do risco temível e hostil para se refugiar no substituto cavernoso do ventre materno (Durand, 1989, p. 167).

Na perda total ou parcial de suas identidades, os moradores de rua não percebem que a procura de refúgio nos buracos da cidade, que se transformam em casas-cavernas, é mais do que um refúgio físico é um refúgio psicológico. Este semantismo da morada mostra que entre o microcosmo do corpo e o cosmos há um estágio intermediário, um mesocosmo intermediário que é a casa, o lar, cujas representações são caras aos psicólogos e psicanalistas. Por isto, perder o local de moradia, é, talvez, a pior situação pela qual pode passar o ser humano, é por este motivo que os moradores de rua tentam a todo e qualquer custo reconstituir a imagem do lar. Basta andar pelas ruas das grandes cidades para perceber a representação de espaços privados, configurando salas, cozinhas, dormitórios, etc, numa transformação e humanização dos espaços públicos. Na avenida General Olímpio da Silveira, sob o “Minhocão”, em São Paulo, era comum ver a reconstituição de “salas de estar” feita com sofás e poltronas velhas com os moradores de rua sentados, conversando, enquanto mais adiante era preparada a refeição do dia, talvez a única, em uma lata de tinta, improvisando um fogão, em meio a um trânsito intenso. Em outro ponto a sala ampliava-se em um dormitório feito com papelões, colchões velhos e cobertores puídos. A separação dos ambientes ou dos espaços habitacionais era feita pelos pilares estruturais do elevado Costa e Silva – conhecido popularmente como “Minhocão” -, os corredores eram o meio-fio. Hoje, neste local, já não é mais assim, porque uma linha especial de ônibus ocupa o espaço.

Na busca de refúgio o povo das ruas recorrem às mais inusitadas soluções; buracos em grandes estruturas até casas sobre as árvores, ou ainda esconderijos nos bueiros são sinônimos de

refúgio. Quando as casas não estão sobre as árvores, elas são barracas feitas com sacos plásticos ou são barracos de papelão construídos à sombra das copas das árvores. A árvore, sabe-se, pertence a um microuniverso sintético cujo simbolismo vegetal remete tanto à característica cíclica como a sua verticalidade permite a fantasia progressista. A árvore que floresce é a árvore de Jessé, a consciência de Buda despontou sob a árvore, o que dá a esse elemento vegetal a dimensão messiânica do simbolismo; sua verticalidade pode representar o cosmos, a “*imago mundi*”. Não é dessa árvore que se fala aqui. A árvore da qual se fala é a que oferece a sombra como uma presença constante da noite, transformando-se num mundo intermediário e fora do tempo. Esta árvore redobra o esquecimento dos moradores de rua e reforça a condição de um ser que vive numa condição limítrofe, num espaço que não é nem público e nem privado. A árvore redobra nos moradores de rua a distância existente para além dos limites. A árvore que serve de refúgio no confuso espaço urbano está fortemente ligada à terra. Não é nem poste iniciático que une os três mundos e nem a representação do navio que protege e acolhe aos navegantes. Ela está ligada a elementos ctônicos e à água, enquanto caos, e ainda à morte, quando serve para a execução ou o sacrifício, a exemplo da figueira que serviu de forca para Judas; ou como foi desenhada por Goya em “*Os Desastres da Guerra*”.

A árvore que abriga os moradores de rua assemelha-se ao tronco no qual o naufrago se agarra para se salvar da turbulência das águas. Por propiciar um espaço intermediário, a árvore distancia as desgraças e afasta os maus agouros, permitindo aos que se refugiam sob ela a viverem, mesmo que precariamente, uma outra dimensão da miséria – talvez mais romântica –, numa aparente paz – como se o bucolismo da vida surgisse em toda a sua força. Era desta maneira, que viviam duas famílias sob as árvores em uma das saídas para a marginal Tietê, ou as outras famílias ao longo do muro do Clube de Regatas Tietê. Havia nestas famílias algo muito interessante na reconstrução do espaço do lar. A construção que servia de casa para proteger as pessoas era feita precariamente com papelão, plástico e alguma madeira, e tinha uma dimensão muito pequena; no entanto, as casinhas dos cachorros eram todas de madeira muito bem feitas e cuidadosamente acabadas. O animal parece ser o elo dessas pessoas que já perderam quase tudo, inclusive a dignidade, com a condição humana. O cachorro é o animal que sempre acompanha o morador de rua. A proximidade do homem com o animal é talvez outra característica que remete aos arquétipos do homem primitivo - o lobo asiático, ancestral do cão que se conhece atual.

Para uma organização de conceitos é preciso uma retomada do pensamento. O que denota a vida dos moradores de rua como pertencendo a um universo místico, mítico do tipo negativo são os elementos mais visíveis dessa condição existencial. O primeiro item é a *queda* de uma condição socioeconômica que provoca uma mudança brusca na vida do indivíduo. Esta mudança não é representada por uma descida eufemizada; é uma trajetória dinâmica – *schème* – que transforma a vida do indivíduo e o coloca numa situação totalmente nova e angustiante – “início e/ou fim, vida e/ou morte, a queda designa assim a totalidade da digressão existencial da angústia humana” (Durand, 1988, p. 50). O homem cai para dentro da cidade, para o espaço urbano, numa sequência de dores, sem prazer. A cidade passa a ser vista e vivida sob os seus

aspectos negativos. O espaço anteriormente prazeroso – de trabalho e de lazer – transforma-se em um espaço de fuga. Os locais antes franqueados e permitidos são, agora, todos proibidos.

O *refúgio* pode ser considerado o segundo item, porque após a perda de condição o indivíduo procura a proteção, qualquer tipo de proteção; e de todas as dimensões do refúgio apontadas por Gilbert Durand (1989), a mais representativa é a metáfora existencial – a fuga da angústia do Tempo e da Morte -, como expõe Yves Durand (1988) - a solidão, a prece, a fuga, o álcool, a droga e a própria morte são frequentemente descritas como “refúgio”.

Outros itens que podem ser notados e que reforçam o universo místico, mesmo sendo versáteis e aparecendo em qualquer universo são: o *fogo* que cozinha os alimentos, que produz calor e que une as pessoas na indispensável intimidade social; a *água*, enquanto representação primordial do mundo, do início confuso de tudo, do caos, pode por isomorfismo representar o espaço urbano, aproximando-o mais ainda de suas características femininas. Neste espaço noturno e hostil do caos urbano, os moradores de rua encontram sua vida e seu universo – a cidade é simultaneamente o mundo e o mundo, a cidade. A água primordial que é o espaço urbano demonstra todo o seu aspecto tenebroso e mortuário, que para os moradores de rua é uma viagem, frequentemente, sem retorno; o magma urbano transforma-se em fatalidade, confundindo continente e conteúdo, e mostrando o aspecto negativo da Deusa-Mãe. Diante disto, é possível dizer que o espaço urbano esconde sua representação física, a cidade, sob o véu de Maya – da cidade de Sidarta à cidade dos moradores de rua -, lembrando que véu tem a ver com água. A água enquanto elemento de subsistência e higiene reforça os aspectos “sujos” que seu simbolismo esconde. O banho ocasional para tirar a sujeira do corpo reforça mais ainda os aspectos da vida ao expor a condição abjeta deste ser humano, em especial. A queda é marcante até no cuidado corporal.

Finalmente, o *animal* surge como alento, como reforço de uma condição humana; mas, paradoxalmente, mostra a “vida de cão” que estes desafortunados levam. A relação entre os moradores de rua e os animais já foi apontada como um arcaísmo porque o animal “é um abstrato espontâneo, o objeto de uma assimilação simbólica, como mostra a universalidade e a pluralidade da sua presença tanto numa consciência civilizada como na mentalidade primitiva” (Durand, 1989, 52). O animal é, também, símbolo da morte; companheira inseparável desses indivíduos, que vivem uma constante fragilidade social. O cão, que os acompanha, também simboliza Hécate, a Lua Negra, aprofundando o aspecto noturno da feminilidade e remetendo ao universo místico, porque mais do que a goela dentada surge a força do “engolimento” do filho pela própria mãe; a cidade engolindo seus filhos, roubando-lhes suas vidas, tirando-lhes a identidade, transformando-os em nada – reintegrando-os ao caos primordial e profundo, sempre uma queda.

Parece que os moradores de rua vivem sob a forte presença de Hécate que surgiu em uma das encruzilhadas de suas vidas, extraviando-os e os desviando de seus caminhos. Harding (1985) diz que Hécate é a Rainha-dos-Fantasmas, está sempre acompanhada de cães e é “*a deusa das tempestades, das destruições, dos terrores da noite*” (1985, p. 160). Esta deusa lunar comanda tanto a criação e os distúrbios exteriores quanto interiores, sendo responsável pela demência – situação que empurra o indivíduo cada vez mais para a miséria humana, ao mesmo tempo, que o

salva, roubando-lhe a consciência e o conhecimento de sua real situação. Hécate não é totalmente má, apenas oferece um escuro profundo como vida para os seus “fantasmas”, como condição de um obscuro ser...de ser nada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do refúgio para os moradores de rua é sempre uma situação inesperada, tudo pode ser e ter o sentido de proteção contra o perigo eminente, como os não lugares de Marc Augé (1994) – locais públicos não identitários, nem relacionais e nem históricos; espaços que não se caracterizam como locais antropológicos onde os usuários assemelham-se aos outros por uma relação contratual, tais como aeroporto, rodoviária, metrô, supermercado, etc. Nesses espaços de relações contratuais os moradores de rua não só se protegem, descansam e fazem sua higiene, como adquirem informações sobre albergue, comida, etc.

Nesse contexto, mesmo sendo um espaço de solidão e similitudes, a rodoviária, como exemplo de não-lugar, é um espaço de comunicação que atua como uma central de informação. Por mais solitário que seja o morador de rua, ele sempre recorre a um desses locais em busca e informações, as mais variáveis; *“como os não-lugares se percorrem, eles se medem em unidades de tempo (...) Eles vivem no presente”* (Auge, 1994, 95); os não-lugares são espaços de comunicação. Outro tipo de refúgio já comentado é o grupo, que remete à noção de horda, que privatiza o público, numa reversão de valores urbanos, sempre em busca do aconchego. Há ainda, como reconstrução do refúgio perdido os espaços das infraestruturas urbanas como os buracos nas caixas ou pilares de pontes e viadutos, as praças, os bueiros, as tubulações de esgoto.

Finalmente, como representação do refúgio tem-se a peregrinação dos moradores de rua, o deslocamento de um extremo ao outro da cidade para encontrar um amigo, para tomar uma pinga ou simplesmente por se ter como destino o caminhar. Andam constantemente para fugirem do perigo, do medo, da solidão, do esquecimento e no caminhar encontram a proteção. Encontram, talvez, o refúgio mais seguro. Protegem-se, assim, dos homens e das intempéries. Muitos, no inverno, dormem durante o dia, ao sol, e caminham durante a noite para se protegerem e não morrerem de frio.

O caminhar dos moradores de rua mais do que uma transumância é uma “transmigração” pelo espaço público, num constante desvelamento de seus mistérios, revelando o que a cidade esconde dos cidadãos “normais”; é uma reificação do lugar. O caminhar dos fantasmas de Hécate restitui a dimensão humana da cidade, num processo constante de reencontros com os amigos de infortúnio ou como uma situação de sobrevivência. O deslocamento dos moradores de rua humaniza os trajetos impessoais dos cidadãos que vivem do e para o trabalho, sacralizando as rotas públicas, numa hierofania do espaço urbano. Talvez esses filhos de Hécate assemelhem-se aos homens santos da Índia que num momento de iluminação abandonam família e lares, tornando-se mendigos e andarilhos.

Os moradores de rua unem a cidade física ao espaço urbano idealizado através dos trajetos que constroem com o seu caminhar, costuram com o fio da exclusão as dimensões da

cidade que os planejadores não conseguem unir. Unem o planejado com o caótico numa reconstituição da totalidade “sagrada” do espaço urbano, revelam uma outra dimensão do espaço como se fossem sacerdotes numa sacralização do terreno; e somente para lembrar Durand (1995), os moradores de rua na sua peregrinação assemelham-se ao sapateiro que une a pala delicada com a sola rude.

Com a união do real com o ideal, do construído com o conceitual numa reconstituição simbólica do espaço urbano é possível dizer que o morador de rua é mais do que o “sapateiro”, ele representa a dimensão “fática” da exclusão – somente ele reconstitui a totalidade do espaço da cidade permitindo ou propiciando uma invasão simbólica; Durand diz que “a arte do magistério na arte do sapateiro consiste em considerar sempre a emergência do real como uma dualidade, e quem diz totalidade diz por implicação o papel da alteridade que existe na identidade” (1995,23); o morador de rua é aquele que mostra à sociedade a alteridade de sua identidade, o nosso Outro – *unheimlich* -, tão conhecido e assustador, segundo Freud.

A imagem mais pregnante do refúgio para os moradores de rua é o deslocamento, a peregrinação, o êxodo existencial, numa recorrência do complexo do *Wanderer* (Carvalho, 2000) em busca da alma, da identidade e da condição humana perdidas na queda socioeconômica; transforma o espaço urbano, mas o ponto de chegada traçado por sua alma só será possível com a aniquilação total, com o total esquecimento com o retorno ao refúgio absoluto, ao útero acolhedor da Mãe Terra, a tumba. O morador de rua é um ser noturno, cujo companheiro de viagem é sua sombra, a Sombra da sociedade, a sombra da lua escura... o seu universo de vivência é o seu lugar de morar, a rua; porque, afinal, na rua também se mora.

REFERÊNCIAS

AMOUROUS, Charles. *Élaborations et genèse du refuge dans le test AT9 au cours d'une psychithérapie*. In: BURGO, Jean (org.). *Le refuge I*. Paris: Lettres Moderne, 1970.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em Situação de Rua**: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_ua_digital.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

CARVALHO, , José Carlos de Paula. A figura mítica do Wanderer e a busca da Alma em Winterreise (Viagem ao Inferno) de Schubert. In: CARVALHO, José Carlos de Paula. **Cultura da alma e mitanálise**: imaginário, poesia e música. Londrina: Eduel, 2000.

DURAND, Gilbert. **A fé do sapateiro**. Brasília: Ed. UnB, 1995.



DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Ed. Presença, 1989.

DURAND, Yves. *L'Exploration de l'Imaginaires: introduction à la modelisation des univers mythiques*. Paris: L'Espace Bleu, 1988.

FERNÁNDEZ, Óscar Pédro. *El panoptismo más allá de las prisiones*. In: **Departamento de Proxectos Arquitectónicos Urbanismo e Composición - DPAUC**, 2008. Disponível em: <https://dpauc.udc.es/artigo/el-panoptismo-mas-alla-de-las-prisiones/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel (1987) *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

HARDING, M. Esther. **Os mistérios da mulher**. São Paulo: Paulinas, 1985.

HEBMÜLLER, Paulo. **Um problema de toda a sociedade**. *Jornal da USP*, ano XIX, n. 700, 13 a 19 set. 2004. Disponível em: <https://www.usp.br/jorusp/arquivo/2004/jusp700/pag0405.htm>. Acesso em: 21 nov. 2024.

HESSE, Hermann. **Sidarta**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Moradores de rua**. São Paulo: Polis, 1992.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.